

SESSÕES DO PLENÁRIO

114ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de novembro de 2012.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES 3º SECRETÁRIO

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Contando com a presença de 55 Srs. Deputados, invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Alan Sanches, comunicando sua ausência da sessão no dia 01/11/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Rogério Andrade, comunicando sua ausência da sessão no dia 23/10/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Fabrício Falcão, comunicando sua ausência da sessão no dia

12/11/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Registro a presença do prefeito de Campo Formoso, Adolfo Menezes, que já prepara o seu plano de governo para os próximos quatro anos, e vai deixar esta Casa Legislativa para dar a sua contribuição no Executivo municipal de Campo Formoso.

Peço à deputado Maria Luiza Laudano para assumir a Mesa para que eu possa fazer uso da palavra.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a. Presidente, demais deputados, gostaria, neste momento, de registrar esse importante dia de hoje, dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

Tramita aqui na Assembleia Legislativa alguns projetos de nossa autoria, entre os quais o projeto de feriado estadual para o dia 20 de novembro. Esse projeto está em tramitação, não teve os pareceres das comissões correspondentes, mas esperamos que seja debatido aqui, independente do resultado desse debate e se o projeto será aprovado ou não. É importante trazer para esta Casa Legislativa o debate sobre a consciência negra e o feriado estadual porque esse segmento, ao longo da história, foi muito oprimido. É necessário recuperar e buscar a igualdade entre todas as pessoas. Essa é uma luta que todos nós travamos.

Temos também outro projeto que cria as delegacias itinerantes antirracistas e que também está tramitando nesta Casa Legislativa.

Portanto, são algumas proposições que apresentamos aqui buscando construir uma sociedade harmônica, uma sociedade onde todos possam viver com dignidade, uma sociedade sem opressão, sem exploração, sem racismo, uma sociedade onde todos possam viver bem.

Por isso, apresentamos aqui algumas proposições. Hoje, dia da Consciência Negra, é um dia muito importante para que possamos refletir sobre a luta da população negra, e que tem obtido várias vitórias. Essa não é uma luta apenas da negritude, é uma luta de toda sociedade contra a exploração, uma luta contra o racismo, uma luta pela igualdade. É por isso que nós defendemos as cotas para os negros. Defendemos também as cotas para os mais necessitados, para os pobres, para aqueles que mais precisam, cotas nas universidades para que todos possam ter direito a estudar.

Hoje, observamos um avanço muito grande, porque esse segmento historicamente oprimido e escravizado vem ocupando cada vez mais espaço no cenário político, na sociedade como um todo. Portanto, devemos estimular essa luta para que possamos ter uma sociedade mais igual. Hoje, observamos a conquista de postos de trabalho por parte da população negra, nós observamos a população negra

alcançando espaços importantes na sociedade, no Judiciário, no Parlamento, no Executivo. Nós observamos um avanço muito grande desse segmento que precisa, realmente, conquistar mais espaço na sociedade.

Por isso, nós queremos, hoje, ressaltar este dia e dizer que é importante que esta Casa Legislativa aproveite momentos como este para refletir sobre essa situação e, acima de tudo, discutir proposições que venham a diminuir essas diferenças e combater com muita veemência o racismo. Por isso, acho que é necessário travar esse debate, independente de as proposições serem aprovadas ou não. O debate em si tem uma importância muito grande, porque aí nós vamos discutir os diversos aspectos dessa situação para que possamos aperfeiçoar e avançar rumo a construção de uma sociedade com justiça social e paz.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Deputado Álvaro Gomes, solicito que V. Ex^a ocupe o meu lugar para que eu possa fazer uso da palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra a deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Taquígrafas, ouvintes da *TV Assembleia*, funcionários, eu também, deputado Álvaro Gomes, venho, neste dia 20 de novembro, comemorar o Dia da Consciência Negra, o dia do nascimento do nosso maior amigo, Zumbi dos Palmares, porque realmente foi ele quem deu início a luta da consciência negra.

Assim como V.Ex^a, eu também tenho um projeto – não só eu, mas também o deputado Álvaro Gomes – tão importante, deputado, para fazer do dia de hoje feriado num Estado que tem o maior número de negros. Há um projeto de V.Ex^a tramitando na Casa, assim como há um meu e também dos deputados Yulo Oiticica e Edson Pimenta. São quatro deputados pedindo para que o dia 20 seja feriado estadual da consciência negra.

Não é possível que no Rio de Janeiro, que não tem tantos negros como nós temos na Bahia, seja feriado e na Bahia não seja. Por outro lado, temos de olhar o seguinte, temos o município de Antônio Cardoso, que tem o maior número de negros do Brasil, pasmem os senhores e senhoras, de acordo com o IBGE, não foram pesquisados de um modo geral, porque muitas vezes, conforme o jornal Correio da Bahia diz hoje, chegavam funcionários do IBGE para pesquisar, e as pessoas que eram negras diziam: preto é o cão, eu sou parda, porque não queria assumir que era negra.

Precisamos tirar a discriminação, o racismo. Temos artistas, bandas, temos cultura, a baiana do acarajé, a capoeira, enfim, temos condições de fazermos igualdade social, porque temos que divergir. Quantas vezes somos brancos e queremos ir à praia para tomar um solzinho para ficarmos mais morenos? É natural. Imagine porque não ser moreno, cor de cravo e canela, que é realmente o que dependíamos e queríamos que fosse. Mas, infelizmente, ainda existe a discriminação, a desigualdade social, e todos nós não gostaríamos que assim procedesse.

Temos, sem dúvida alguma, 62 municípios que fazem parte do Fórum de Gestores Municipal de provação da igualdade social, e nosso governador Jaques Wagner está imbuído dos melhores propósitos em levar seminários, congressos e reuniões para que possamos debater esse assunto não só em nível de educação, mas da saúde e em termos gerais, para que possamos colocar em nossa mente, nosso interior e nosso eu que somos todos iguais e que não poderíamos de jeito nenhum divergir por causa da cor da pele. Quantas vezes o preto tem hombridade, seriedade, honestidade e personalidade maiores que as de muitos brancos?

É isso que eu digo hoje, que temos de lutar, deputado Álvaro Gomes, assim como o deputado Yulo Oiticica, que tem um projeto igual. O de V.Ex^a, que deu entrada nesta Casa como o primeiro projeto, de nº 14201/2004, de novembro de 2004, o meu, de nº 18354 de 22/10/2009. Logo apensado ao nosso tem realmente o deputado Yulo Oiticica e o deputado Edson Pimenta, todos com um só teor, apensados um ao outro.

Todos eles já tiveram a aprovação do relator, já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento, várias comissões e ainda não adentrou a esta Casa. É aí que a deputada Luiza Maia cobra todos os dias, e tem o meu apoio de trazermos para este parlamento não só projetos do Executivo, mas também de deputados que estão aqui trabalhando e que desejam vê-los votados.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, colegas da imprensa, meninas da Taquigrafia, hoje, dia 20 novembro, Dia da Consciência Negra, vou aproveitar este espaço para apresentar uma crônica.

Eu começo com um trecho de um famoso poema de Castro Alves: *Inferno no Mar: O Navio Negreiro*.

(Lê) “Era um sonho dantesco... O tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho,
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar do açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...
Negras mulheres, suspendendo às tetas
Magras crianças, cujas bocas pretas
Rega o sangue das mães:
Outras, moças... mas nuas, espantadas,
No turbilhão de espectros arrastadas,
Em ânsia e mágoa vãs.
Um de raiva delira, outro enlouquece...
Outro, que de martírios embrutece,

Cantando geme e ri...
No entanto o capitão manda a manobra
E após, fitando o céu que se desdobra
Tão puro sobre o mar,
Diz do fumo entre os densos nevoeiros:
'Vibrai rijo o chicote, marinheiros!
Fazei-os mais dançar!...'
E ri-se a orquestra irônica, estridente...
E da roda fantástica a serpente
Faz doudas espirais!
Qual num sonho dantesco as sombras voam...
Gritos, ais, maldições, preces ressoam!
E ri-se Satanás!

'Embarco' em Navio Negreiro (ou Tragédia no Mar), poema do baiano Castro Alves, e tento imaginar a dor dos meus antepassados. Tudo que surgir em minha mente será um pálido reflexo da barbárie vivenciada pelos meus ancestrais. Depositados como se fora mercadorias... Confinados nos porões das embarcações... Negros d'África foram sequestrados por traficantes, aliados dos portugueses. Homens, mulheres e crianças açoitados por chicotes e ferros, ao som de uma "orquestra" irônica, atravessavam o Atlântico aos gritos e gemidos. Em terras brasileiras foram submetidos a toda espécie de trabalho forçado nos engenhos de açúcar.

Hoje, dia 20 de novembro, é o Dia Nacional da Consciência Negra. A data remonta ao assassinato do grande líder negro Zumbi dos Palmares em 1695. Recordar os horrores da escravidão é importante para que nunca esqueçamos desse episódio perverso de nossa história, materialização do racismo e da discriminação. Há 124 anos, no dia 13 de maio, foi assinada, pela princesa Isabel, a Lei Áurea, abolindo a escravidão no Brasil, mas até hoje

o racismo – ainda que velado – impede que negros e não negros vivam em condições igualitárias.

Muitas são as lutas do povo negro para a reparação de direitos tardios. Festejamos os avanços institucionais, como a criminalização do racismo, a obrigatoriedade do ensino de

história da cultura Afro-brasileira nas escolas públicas, bem como as ações afirmativas de cotas nas universidades para jovens negros.

Muitas pessoas, inclusive negras, são contra o sistema de cotas nas universidades brasileiras. Argumentam que a melhor reparação seria investir em educação gratuita e de qualidade. Sou fruto da educação pública e adentrei os portões da universidade por meio do vestibular, sem política afirmativa, porém digo “sim” às cotas, porque não acredito no mito da democracia racial. Estamos falando de mais de 300 anos de processo escravagista, de perseguição de cultura e valores. Os governantes brasileiros não estão preocupados com educação e justiça social, vimos isso durante a greve de 115 dias dos professores do Estado.

E dado estatístico que a população negra, ainda hoje, ocupa socialmente setores subalternos em relação aos não negros, por isso a necessidade e direito de estarmos nas universidades. Quero que meus netos tenham referências de negros ocupando espaços importantes no meu País; referências que não se assemelhem apenas à tez de cor branca, mas que sejam semelhantes à pele deles.”

Sr. Presidente, concluo dizendo que está em minha região a cidade mais negra do Brasil, Antônio Cardoso. Em Salvador, o bairro mais negro é Pernambués, onde há agora um toque de recolher imposto pelos traficantes. Lamentamos e repudiamos isso.

A Bahia passa por momentos sérios na segurança pública. Vimos na semana passada uma juíza e uma promotora sequestradas, com a segunda sendo brutalmente espancada e violentada sexualmente.

Pois bem, neste dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, a nossa lembrança e referência a todos aqueles que lutaram pelo direito à igualdade. Fora o *Apartheid*! Viva a liberdade e a igualdade racial!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas Maria Luiza Laudano, Luiza Maia, mulher forte, espero que a senhora consiga.

Srs. Deputados, diante de tantas estatísticas que mostram como vítimas, principalmente, jovens e negros deste País, espero, neste dia tão importante, que os nossos representantes no Congresso Nacional, que têm a obrigação de fazer as leis brasileiras, se unam. Na verdade, já passou a hora disso acontecer.

Professor José Raimundo, temos muitos projetos neste País, haja vista a situação de aumento da criminalidade em que nos encontramos. E agora estamos vendo o crescimento da violência em diversos estados, principalmente em São Paulo e até em Santa Catarina, de onde não se ouvia falar, pelo menos através da imprensa, da ocorrência dessa violência desenfreada.

Há pouco, o deputado Carlos Geilson falou da situação de Pernambués, mas cito o que vem ocorrendo em Santa Catarina para que vocês vejam que a violência não é uma questão apenas da Bahia, é do Brasil inteiro. Não sou nenhum especialista na área, mas vejo, por bom senso, que algo precisa ser feito urgentemente.

Não podemos enfrentar essa situação com esse estado de letargia. Os homens públicos têm de cumprir o que lhes cabe. Os do Legislativo têm a obrigação de fazer as leis; os do Judiciário têm obrigação de cumpri-las.

Não podemos ver diariamente bandidos da pior espécie – que custam uma fortuna ao Estado por mês; um preso custa mais caro do que um aluno na universidade, deputado Luciano – dando ordem de dentro dos presídios. Isso acontece em Feira, em Salvador, em São Paulo, em Juazeiro. Sai até mais barato para eles, porque não precisam, deputada Maria Luiza, alugar escritório. De dentro da cadeia

determinam quem vai morrer, mandam incendiar ônibus e matar policiais, que estão cumprindo o seu dever. Enfim, matam inocentes.

Fico abismado, deputada Maria Luiza – assim como também fica, acredito, grande parte ou a totalidade do povo brasileiro – ao assistir o que foi apresentado há poucos dias pelo *Jornal Nacional*: um indivíduo dizer que recebeu a ordem para matar cinco policiais no período de 10 dias. E o pior é que ninguém se espanta mais com uma declaração dessas. Vemos em todas as televisões o cara simplesmente dizer que recebeu uma ordem, que veio de dentro da cadeia, para apagar cinco pais de família, cinco policiais que estavam cumprindo o seu dever.

Ninguém faz absolutamente nada, deputado Aderbal, como se fosse a coisa mais normal do mundo. É isso que acontece em nosso País. Claro que a conjuntura é complexa, com uma situação social de desemprego, mas já foi demonstrado que em vários e vários países onde as leis funcionam existe a pobreza, mas não existe essa safadeza, essa falta de pulso, infelizmente esse é o termo para se usar. É vergonhoso que assistamos todos os dias a essa barbárie em nosso País, e ninguém está livre.

Nos jornais de hoje está estampado que uma juíza e uma promotora foram sequestradas; uma barbarizada, a promotora estuprada, e amanhã terá mais notícias desse porte, e fica por isso mesmo, todo mundo achando que estamos numa situação normal. Enquanto isso, defensores que todos nós somos dos direitos humanos, assistimos a um marginal de 17 anos, como há vários, ser considerado, deputado Alan, imputável. Dezesete anos é menor, não pode ser criminalizado,...

(O Sr. Presidente *ad hoc*, deputado Álvaro Gomes, faz soar as campainhas.)

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou encerrar, Sr. Presidente.

(...) vai para uma instituição, passa poucos dias e volta a cometer cada dia mais crimes bárbaros, aos quais assistimos diariamente.

Então é vergonhoso. Falo mais por um desabafo, – vou encerrar, Sr. Presidente – sempre fiz aqui esse pronunciamento, não que seja, deputada Maria Luiza, favorável à violência, mas a esses marginais, não podemos nem chamar de animais, teria que ser dado outro tipo de tratamento, porque senão vamos continuar cada vez mais com essa situação de vexame perante o mundo que em nosso País se apresenta todos os dias.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto em permuta com o deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido presidente Álvaro Gomes, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa, visitantes nas Galerias, eu queria, primeiro, agradecer a generosidade do deputado Leur Lomanto em ceder este tempo para que eu pudesse aqui, dialogando com o deputado Bira Corôa, fazer uma homenagem neste 20 de novembro a esse grupo de homens e mulheres, negros e negras, que ajudaram a construir este país. Por isso no dia de hoje é reverenciado como referência o nosso querido Zumbi dos Palmares, e o estado de Alagoas hoje faz uma grande

homenagem, o Brasil inteiro. E dizer que o 20 de novembro às vezes não é conhecido no Brasil pela importância que merece para a formação da sociedade brasileira.

Eu queria dizer que aqui, em alguns momentos, temos feito algumas manifestações, eventos que retratam a importância da África no Brasil, porque a história, a formação da sociedade brasileira é contada, na maioria das vezes, pelo viés europeu, quando nós precisamos resgatá-la para entender a formação da nossa sociedade, a importância dos africanos aqui que formaram, juntamente com os índios, essa sociedade extremamente plural, que retrata a sua posição democrática fruto da sua formação.

Por isso, deputado Leur Lomanto, quando V.Ex^a cede este tempo é um tempo para reflexão de cada um de nós que precisamos aqui nesta Assembleia, à luz do que falou há pouco o deputado Carlos Geilson, a cada dia fazer um debate mais constante e da importância de entender a formação da sociedade brasileira para que possamos, a partir dela, buscar, também, os grandes debates para fazer com que esta sociedade seja atendida pelos projetos que melhorem a vida de cada uma das pessoas que forma este nosso imenso Brasil.

Por isso, este dia 20 de novembro merece todo o nosso respeito. O Rio de Janeiro, que não tem uma formação tão africana quanto a Bahia, entendeu isso antes de nós. E, hoje, se comemora, naquele estado, este dia. Aqui na Bahia, ainda falamos pelos cantos. Em nossa cidade do Salvador, a câmara de vereadores tomou iniciativa, hoje, de decretar ponto facultativo nos órgãos municipais com o objetivo de ver este debate florescer em nossa cidade para que possamos deixar claro a importância dos homens negros e das mulheres negras para a formação da nossa sociedade.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Por isso, meu querido deputado Álvaro Gomes, quero, aqui, convocar e convidar cada uma das pessoas para que possamos nos fazer presentes no próximo dia 22 de novembro. Não é, deputado Bira Corôa? Espera-se que possamos fazer, aqui, um grande debate nesta Assembleia neste dia às 15 horas.

Há, também, outro tema que, a cada dia, um fala aqui neste Plenário: violência contra a mulher. O assunto da violência passa pela Bahia, pelo Brasil e pelo mundo. O tema da violência contra a mulher e da violência contra a mulher negra precisa ser debatido com ênfase muito maior do que tem acontecido em todos os lugares de nosso estado.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Por isso, no próximo dia 22 de novembro, retratando esta Semana da Consciência Negra, queremos convidar cada deputado, cada deputada, os servidores desta Casa e a sociedade em geral para que possamos fazer um grande debate, a fim de acabar com a violência contra a mulher e, em especial, a fim de acabar com a violência contra a mulher negra em nosso estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Alan Sanches pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, demais presentes aqui, senhoras da taquigrafia, pessoas que nos assistem através da *TV Assembleia*, queria fazer aqui alguns comentários. Sentirei muito a sua falta, deputado Adolfo Menezes, porque vi V.Ex^a militar em todas as áreas, inclusive em Salvador, como presidente da Comissão de Orçamento. Mas não deixa ainda aquele rescaldo, mesmo quando era presidente da Segurança Pública, trazia informações, dava a sua opinião e criticava. Agia sempre assim, ou seja, militante. Repito, sentirei muito a sua falta. E o senhor sabe da amizade e do apreço que tenho por V.Ex^a.

Ontem, fiz um comentário aqui sobre o tratamento do lixo, em especial em Araçás.

Hoje, vou falar sobre o tratamento do lixo em Salvador. Agora que o deputado federal ACM Neto foi vitorioso aqui em Salvador, para que V.Ex^{as}. possam ter este conhecimento e também para quem não saiba, é feito um contrato com a Vega – agora Revita – ou qualquer uma das outras como a Torres e JG que, para recolher o lixo de uma determinada rua, é feito um contrato incluindo a varrição também.

Observem, se as ruas A, B ou C, asfaltadas agora ou durante a eleição ou antes da eleição ou este ano, não estiverem no contrato, elas não são varridas. Diversas pessoas e diversos cidadãos, aqui de Salvador, nos procuram dizendo que uma simples varrição da sua rua não é realizada, porque não faz parte daquele contrato.

Então, como o prefeito assumirá em janeiro, que ele comece a tomar conhecimento disso já, porque não é possível se fazer um contrato, por exemplo, em janeiro, e aquela rua, asfaltada em março, não vai entrar na programação para passar por essa varrição. Isso tem de ser visto aqui em Salvador. Não é possível que a varrição de ruas não se faça de forma adequada.

Queria pedir o apoio de V.Ex^{as}, também, para uma moção de aplauso que estamos, que deverá ser apreciada amanhã, ao Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia, que aconteceu no último feriado. Esse evento, que reuniu mais de 5 mil médicos e acadêmicos de Medicina, é feito anualmente. E este ano a Bahia brilhou, realizando uma festa de encerramento que contou, inclusive, com a presença de Carlinhos Brown, que estava lá festejando e se congratulando com todos os congressistas do Brasil.

Foi um acontecimento importante para a Bahia. Mas sempre há um porém, e dessa vez foi o Centro de Convenções, que até passou por uma reforma recentemente. V.Ex^{as} não imaginam o calor absurdo que estava nos 3º e 4º andares. Só estavam refrigeradas as salas, as demais áreas não. Parece que esse Centro de Convenções é completamente blindado, não passa corrente de ar.

Foi feita uma reforma, repito, e já há a licitação para outra. Mas para se fazer um evento desse tamanho, será que não podiam, pelo menos, abrir alguns vidros para que passasse uma corrente de ar? Era um pinga-pinga de todos. Isso fica feio para a Bahia e para Salvador.

Não é possível que esses grandes eventos, que trazem muitos turistas para cá,

continuem acontecendo em um Centro de Convenções – nem digo acanhado ou atrasado – sem condições de oferecer o mínimo de conforto ao congressista, ao visitante. Era muito calor, não é possível que as pessoas ainda não tenham reclamado disso.

As feiras e as formaturas – eu mesmo me formei em Medicina no Salão Iemanjá – não podem continuar acontecendo com aquele calor insuportável. Existem as saídas dos ares-condicionados, só que estes não funcionam. Tudo bem, mas que pelo menos abrissem os vidros. Uma coisa tão simples e que daria um grande conforto a todos que estejam lá para participar de congressos, feiras, formaturas, etc.

Deixo um recado ao secretário Domingos Leonelli para que repense essa situação, com os seus assessores. Ou seja, enquanto não se faz essa reforma – a licitação já foi lançada na semana passada ou retrasada –, que pelo menos abram os vidros para que se tenha uma ventilação para o pessoal que frequenta o Centro de Convenções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Luciano Simões pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, com a chegada do deputado Zé Neto, gostaria de cobrar dele o convênio da Fundação José Silveira, entidade que tem no seu CNPJ e no seu estatuto que a sua função é prestar serviço de natureza hospitalar.

Já tem uma semana e V.Ex^a não veio a esta Casa provar por que aquela entidade, que tem a finalidade, repito, de prestar serviço de saúde, seja hoje a maior empresa de energização do Brasil, levando a religação da rede da CHESF aos locais onde existe a energia eólica. Já estou aguardando há uma semana. Continuarei pacientemente aguardando.

Mas, deputado Alan Sanches, V.Ex^a fala, com muita precisão, do problema do lixo em Salvador. Em Araçás também é uma vergonha para o Estado da Bahia. Preciso do apoio do PSD, do deputado Zé Neto e do deputado Rosenberg.

Por outro lado, discurssei na última semana, deputado José de Arimatéia, e provei, com dados da Secretaria da Segurança Pública do Estado, que a violência na Bahia, em especial em Salvador e na sua Região Metropolitana, é 11 vezes maior do que em São Paulo. Entretanto a Bahia continua sem ter a cobertura que aquele Estado tem atualmente da Polícia Federal, da Força Nacional, do Exército Brasileiro, do Ministério da Justiça.

E o meu discurso da semana passada teve eco. Ouvindo programas da *Rádio Metrópole* e da *Rádio Transamérica*, ontem e hoje, ouvi várias pessoas de Salvador e da sua Região Metropolitana entrarem no ar cobrando do governo do Estado uma posição do governador Wagner no sentido de pedir reforços ao governo federal. Para fortalecer o meu discurso, o jornal Tribuna da Bahia no dia de hoje vem com a seguinte manchete: “Onda de violência em São Paulo deixa menos mortos que

Salvador em dias normais.” E aqui o *Tribuna da Bahia*, através de sua reportagem, vem dissecando todos os casos de violência ocorridos em único dia normal na nossa capital, que supera em onze vezes o fim de semana da capital maior do Brasil, que é São Paulo.

Você folheia outros *blogs*, outros jornais do mesmo dia e vem estampado: “Traficantes impõem toque de recolher em Pernambués.” Se ocorrer em qualquer rua, em qualquer bairro de São Paulo, você vai para o Datena, para a *Rede Globo*, para a *TV Record*, para a *Bandeirantes*... Mas aqui está estampado em todos os jornais de hoje: “Rebelião no presídio de Juazeiro continua nesta terça.” Sem falar da rebelião de Barreiras, de Almadina – sul da Bahia. Chega mais à frente, notícia nacional hoje: “Promotora é estuprada e juíza passa horas em poder de três assaltantes. Esse é o quadro do Estado da Bahia, deputado Álvaro Gomes .

O povo pede nas rádios, nos jornais, fazem *e-mail* para os *blogs* para que o governo do Estado, através do seu governador, manifeste -se perante o poder federal com que ele diz ter amizade, para que na Bahia, Salvador, e Região Metropolitana, os bares e restaurantes da orla de Salvador possam funcionar . Hoje quem se dirige a um restaurante de portas abertas, aos que não têm segurança reforçada, é assaltado em plena luz do dia. Precisamos que o governador do Estado tome uma posição junto ao governo federal, e o tratamento que está tendo o Estado de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro tenhamos também no Estado da Bahia, em especial Salvador e Região Metropolitana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Aderbal Caldas, pelo tempo restante do pequeno Expediente.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente deputado Álvaro Gomes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu avaliava ali o discurso do bravo companheiro de Campo Formoso em que ele falava da violência. O que me preocupa é a banalização da violência, o povo já está sem reagir. Isso é absolutamente preocupante.

Mas o assunto de hoje é outro. Depois de amanhã, na quinta-feira, já foi anunciado aqui pelo deputado Rosemberg que debateremos esse assunto. Hoje o assunto em tela é a questão da escravidão, pois é o Dia da Consciência Negra. Nós tivemos muitos brasileiros que dedicaram sua vida à liberdade, com todos seus esforços, empregaram sua coragem, seu talento em favor da abolição dos escravos. O primeiro deles, o Joaquim Nabuco, foi um grande abolicionista. E tivemos na Bahia, meu caro deputado Zé Raimundo, o Rui Barbosa, eu estava começando a lhe contar, que quando as tropas regressaram triunfalmente do Paraguai, após a vitória da Guerra do Paraguai, o Rui estava em São Paulo e fez um discurso agradecendo o passo que o Exército brasileiro deu em nome do Brasil, mas disse que eles tinham uma causa muito mais nobre a defender que era a abolição da escravatura.

Ora, em São Paulo, que era um economia já pujante naquele tempo, movida pela mão de obra escrava, era um risco muito grande o sujeito fazer aquela

declaração. E foi ameaçado o nosso Rui que se ele tratasse daquele assunto, fizesse outro discurso, sequer uma entrevista, ele seria executado a pedradas e que não ficaria quase o que sepultar, seriam fragmentados os ossos. E ele disse que diante de tal ameaça, imagine, deputado Zé Raimundo, a coragem de Ruy, que diante daquela ameaça ele não poderia fazer o discurso da sacada do palacete do amigo, porque ele era pobre e não tinha como indenizá-lo, pois certamente as pedras que não o acertassem danificariam as vidraças da casa do amigo. Então, ele faria o discurso no dia seguinte na Praça da Sé, onde eles cumpririam a sentença e ele não daria prejuízo a ninguém.

E lá ele falou e reduziu a caroço de mostarda aqueles barões de São Paulo, barões do café, retroagiu na história deles, riquezas constituídas de roubos, falou até ficar afônico, rouco, literalmente, porque não pôde mais falar.

E tivemos o nosso Castro Alves, o Poeta dos Escravos, que com a sua competência e inteligência e bravura, quando ele atacava o clero – era a coisa mais difícil se opor ao clero e aos ricos –, dizia num poema: “Quando vejo meu Deus, que o sacerdote, o súplice romeiro, sem bolsa, sem sandálias, sem dinheiro, pobre como Jesus, agora adota a escravidão por filha, amolando nas páginas da Bíblia o cutelo do algoz. Sinto não ter um raio em cada verso para escrever na fronte do perverso: “Maldições sobre vós!” E dirá para o rico: “Maldição sobre vós, rico devasso. Que da música, ao lânguido compasso, embriagado não vês a criança faminta que na rua abraça uma mulher pálida e nua, tua amante...talvez!”

Então, eu sou a favor das cotas, eu sou a favor de toda política de reparação que, aliás, não há nada que a consiga, é um crime irreparável o que esse povo sofreu, a perda de liberdade e de vida, não há nada que pague, tudo é pouco. Essa mancha que pesa sobre o Brasil de ter por tanto tempo escravizado aquele povo, que começava já a ficar livre em 1871 e em 1875, com a Lei do Ventre Livre e a Lei do Sexagenário, que após os 60 anos não eram mais escravos, e os que nascessem após a Lei do Ventre Livre seriam livres, mas veio a Lei Áurea que declarava extinta a escravidão no Brasil, a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que a princesa Isabel, que muitos não valorizam na medida, na altura, na dimensão da princesa Isabel, que sofreu, advertida que foi várias vezes, que teria a queda do império, ela enfrentou e perseguiu, inclusive, os deputados que eram contra a Abolição, e acabou por proclamar a libertação dos escravos.

Só que esse povo, como nós sabemos, foi jogado na rua, herdeiro do nada, deputada Maria Luiza Laudano, os herdeiros do nada, vivendo do nada que tinham. Então, tudo é pouco, se deve a Nação Brasileira, devem muito todas essas políticas de reparação...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para concluir, deputado Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- (...) eles merecem, eles precisam e é muito justo, e sou a favor de toda e qualquer tipo de política de reparação em favor dos nossos irmãos negros, dos quais eu também descendo...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concluindo.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- (...) e que tudo se faça, presidente Álvaro Gomes, para que nós possamos integrar na sociedade os nossos irmãos afrodescendentes que tanto sofreram e que merecem da Nação Brasileira tudo isso e muito mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Grande Expediente. Concedo a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 25 minutos.

Antes, deputada, só um momento, gostaria de informar a visita dos estudantes do núcleo de prática jurídica do Centro Universitário Unijorge. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa da Bahia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sejam bem vindos e para nós é uma satisfação grande vocês estarem aqui ocupando as Galeiras Paulo Jackson e assistindo os nossos debates.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhores que nos acompanham pela TV Assembleia, Deputado Cacá, V.Ex^a que estava dizendo que eu poderia falar desse ou desse assunto, tenho muitos assuntos para falar e acho importante, infelizmente a sessão está um pouco esvaziada, mas por outro lado também é bom porque conseguimos um pouco de concentração para fazer a discussão.

Quero falar de algumas coisas que vejo como de fundamental importância. Vou iniciar pela fala do deputado Luciano Simões, quando ele sobe constantemente a esta tribuna para acusar o governador do Estado por causa dessa questão da violência. Nós sabemos que o debate não é esse!

O fenômeno da violência no Brasil, a violência de um modo geral, a violência contra a mulher, a violência contra o negro, a violência institucional, ela precisa ser tratada de uma forma correta. Nenhum governo vai deixar de investir na segurança e nem vai apoiar insegurança ou deixar que a coisa perca o controle. É uma coisa muito mais profunda e que acho que precisamos ter coragem de começar a abrir essa discussão.

Acho que o Brasil precisa fazer grandes reformas, deputado Cacá, e uma delas é essa questão do sistema penitenciário, do sistema judiciário, porque a gente sabe que o Brasil está muito atrasado em muitas questões. E as grandes reformas que precisamos fazer, tipo o código penal, reforma tributária, reforma da previdência, reforma agrária, reforma do sistema bancário, reforma política, que é o que vou me prender mais hoje, aqui. Tudo isso nós precisamos botar na nossa pauta, e como temos muita dificuldade, eu tenho feito essa discussão aqui, iniciado essa discussão, principalmente da reforma política, e a gente não vê eco. Temos que ir para a sociedade para que ela nos ajude a mudar, e muito, os aspectos do sistema nosso, principalmente o sistema político.

Mas, quero dizer também, e pedir ao deputado Luciano Simões, nós precisamos travar esse debate da falta de segurança, do tráfico de drogas, da marginalidade, porque, quem é que financia o marginal hoje? Quem é que financia o tráfico de drogas? Quem consome. E esse debate não é feito com toda clareza, com toda profundidade que é necessária fazer.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Exª me permite um aparte?

A Srª LUIZA MAIA:- Concederei, um minuto.

Como os 25 minutos não dão para fazer essa discussão toda, acho que precisamos levar para as comissões devidas e esta Casa aqui fazer, um dia, essa discussão com mais profundidade.

Recebi da Secretaria de Segurança Pública a sexta edição do anuário de segurança pública na Bahia e coloca aqui dados inclusive contraditórios com os que os deputado Luciano falou. Mas quero, depois, em outro momento, insistir em retomar essa discussão.

Concedo o aparte ao deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Cara deputada Luiza Maia, V.Exª toca no ponto da segurança pública.

A denúncia que trago é sobre a cidade de Tanquinho: foram furtadas 150 ovelhas de produtores naquela cidade. Um dos produtores, o que mais teve animais furtados, prestou queixa, não satisfeito porque a polícia não se mobilizava, ele, por conta própria, fez a investigação, conseguiu localizar a sede da quadrilha, ainda conseguiu recuperar uma pequena parte do rebanho, e até hoje não foi chamado pela delegada para ser ouvido. Então, essa segurança pública no interior do Estado(...), se já deixa a desejar aqui na capital, no interior a situação ainda é muito pior, deputada.

Sei que a *TV Assembleia* é assistida em todo o Estado, quero dizer ao pessoal de Tanquinho, transmitir a nossa solidariedade e que V.Exª que é tão próxima do poder, peça ao governador, peça ao secretário de Segurança Pública para que vejam a situação dos produtores da cidade de Tanquinho, porque eles não aguentam mais o descaso da delegada-titular daquele município.

Muito obrigado, minha cara e nobre deputada Luiza Maia.

Distorcido combate a marginalidade

A Srª LUIZA MAIA:- Obrigada, deputado, e também quero me solidarizar com a população desse município.

Mas, deputado Carlos Geilson, eu volto a insistir, esse debate não é só uma denúncia do que está acontecendo. Quem é que nasce ladrão? Por que as pessoas roubam? Por que as pessoas praticam a violência? Eu acho que essa discussão, também, a gente precisa travar, o policiamento, como é que a gente vai enfrentar os desvios, as deformações que existem, inclusive no nosso sistema de polícia? Quantos policiais trabalhando para o tráfico, combate uma facção e trabalha para outra?

É por isso que eu estou dizendo, nós precisamos fazer essa discussão com mais profundidade, com mais clareza, com mais coragem, porque precisa ser feito isso. Quantos delegados, quantos policiais, quantas pessoas que deveriam estar fazendo um combate e que deveriam estar fazendo a nossa segurança estão aí envolvidos no

meio da marginalidade? São essas questões que eu acho que nós precisamos fazer.

Eu digo sempre: nenhum homem nasce violento. Por que a violência contra a mulher acontece dessa forma? Uma questão da cultura machista, da banalização, da falta de punição. Agora, não é uma responsabilidade querer imputar isso a um governo que tem sete anos? Não é verdade. O nosso Brasil tem 500 anos aí de discriminação, de desigualdade, de políticas que nos levam a aprofundar, cada dia mais, as diferenças e as desigualdades entre pretos e brancos, entre pobres e ricos, entre homens e mulheres.

Então, são questões complicadas que nós precisamos tratar de uma outra forma, porque eu acho que fica um pouco na irresponsabilidade subir à tribuna para dizer que a culpa é apenas do governador, quando sabemos que não é. E quando lemos o orçamento e vemos o que está sendo aplicado na Segurança Pública e vemos, inclusive, os índices maiores de policiais contratados, de concursos, de melhorias de salários e tudo o mais. Só que não foi o suficiente para resolver, e não vai ser um governo, em 8 anos, que vai resolver um problema tão complicado e tão sério de uma sociedade desigual, com mais de 500 anos aprofundando essa desigualdade, comandando esse Brasil políticos da elite que cada dia mais aprofundavam a desigualdade entre os seres humanos, e a consequência é essa, não tem outra. Porque eu digo sempre: ninguém nasce para ser ladrão, ninguém nasce para ser violento, a sociedade ensina, e é esse debate que a gente precisa fazer.

Essa denúncia de chegar e dizer que foi assaltado aqui e acolá, isso está acontecendo e acontece nos países que ainda não têm um nível de vida bom para a sua população.

Mas, eu quero também, Sr. Presidente, ler aqui - não sei se vai dar tempo fazer a leitura completa - um artigo da Dr^a Mariângela Nascimento, chefe do Departamento de Ciência Política da UFBA, que me tem ajudado nesse debate, nessa discussão da reforma política. Ela é uma professora que tem uma preocupação, também, com essa questão da reforma política, entendemos que é uma necessidade, mas que, hoje, as próprias instituições que deveriam ter o cuidado de fazer o debate e votar, como está lá, no Congresso Nacional, o relatório do deputado Fontana, e que não se vota, onde se tem uma proposta de melhoria do sistema político brasileiro e também eleitoral, e ela tem contribuído.

Nós estamos fazendo essa discussão, estamos lançando uma campanha, em março, nas ruas para que a gente faça uma coisa semelhante ao que foi a campanha do Ficha Limpa, porque pelas instituições eu acho que o sistema político brasileiro não muda mais. E nós já vimos, aqui desta tribuna, várias falas de deputados mostrando que é uma coisa que não tem como continuar. Ou a gente modifica esse sistema ou não sei como é que vai se tocar campanhas eleitorais, de dois em dois anos, que eu acho ser outro absurdo.

A gente precisa, nessa discussão da reforma política, defender eleições gerais, defender dois mandatos, no máximo, para deputados e vereadores, e senador é outra história que precisa também aquela questão do Senado, discutir a questão do Senado, a questão do voto aberto, a questão do financiamento público de campanha, acho que

é uma necessidade, porque hoje o que a gente vê é uma privatização da política e hoje quem tem dinheiro, ou quem consegue articular apoio de empresários da iniciativa privada, consegue se eleger e ninguém suporta uma coisa dessa.

Eu acho que a política precisa voltar a ser um fortalecimento da democracia. A política, ela precisa ser valorizada no seu voto, porque o que eu vejo hoje, inclusive, no Brasil, com essa postura do Judiciário, principalmente, do Supremo Tribunal Federal, por um lado a gente aplaude, por outro a gente precisa botar a nossa orelha de pé, porque eu acho que o Judiciário, na hora que ele se politiza, na hora que ele toma partido, ou na hora que ele tem tido as posturas que o Supremo Tribunal está tendo, hoje, principalmente no caso do mensalão, eu acho um risco muito grande e uma porta aberta para o arbítrio.

Quem já viveu a época da ditadura, sabe o valor que tem a democracia, a liberdade de expressão e tantas outras questões que a gente sabe que precisam ser fortalecidas ainda na nossa democracia de pouco tempo, pois não dá para a gente embarcar nessa.

Eu queria que o Supremo Tribunal me respondesse porque não se julgou o mensalão do PSDB, porque não se julgou o mensalão do DEM, porque se fez essa discussão exatamente no momento de eleições eleitorais e tantas outras questões que a gente vê. Não dá oportunidade aos membros que estão julgados de tratar de forma diferente. Inclusive, li um artigo de Jânio de Freitas, da Folha de São Paulo, onde ele fala de dois pesos e dois mensalaões.

Eu acho que não está correto. Tem um ditado que diz que a justiça é cega para tratar todo mundo de forma igual e não dá. O que está acontecendo, hoje, no Brasil, é o linchamento de alguns membros do PT e o PT também precisa ter coragem de abrir essa discussão com a sociedade. Precisamos reconhecer onde erramos e fazer a correção, porque também pôr em risco a nossa democracia não dá certo. E dois pesos e duas medidas relacionados com as questões e a postura do Poder Judiciário, eu tenho muita preocupação.

O ministro, hoje, Joaquim Barbosa, está sendo empossado como Presidente do Supremo e a postura que tem tido, hoje, não é a melhor postura para quem vai comandar a principal Corte, a Corte Suprema da Justiça, do Judiciário do nosso Brasil, mas também é um debate que a gente precisa aprofundar, porque não é em 10, ou 25 minutos que a gente vai tratar isso.

Portanto, essa campanha que estamos fazendo, com o apoio da professora e ela escreveu um texto sobre A Sociedade e a Reforma Política, vou ler algumas partes aqui e pedir que registre nos Anais desta Casa como lido:

“Passamos por mais um momento eleitoral e as velhas práticas autoritárias, clientelistas e ilícitas se repetiram. Essa realidade, que faz parte do passado autoritário da política brasileira, se reproduz a cada ano eleitoral, e isto não tem sido suficiente para mobilizar os nossos representantes a votarem nas mudanças da legislação para restringir essas práticas que colocam em risco a democracia. Do lado da sociedade, entretanto, cresce a consciência da necessidade da reforma do sistema político.”

Nós vimos nessas eleições, as urnas também mandam muitos recados para a gente e a gente viu o crescimento do voto branco, do voto nulo, da abstenção. Tudo isso é um desencanto que a sociedade tem tido com relação à política e é o maior equívoco, no meu entender, que pode acontecer no País.

Você não pode desprezar a política. Existe uma parcela da grande mídia que faz uma campanha de botar todos os políticos no mesmo balaio, ninguém presta, todo mundo é ladrão, todo mundo é desonesto. E não pode ser dessa forma, porque na medida em que você desconstrói um fato, uma instituição importante, a convivência da política e o valor do voto dessa forma, acho que a gente pode ir para onde? Para a barbárie, para a anarquia?

Então, acho que precisamos chamar a sociedade para entender a responsabilidade dela também nesse processo. Temos exemplos importantes no Brasil, desde a queda do Collor, como o processo da Ficha Limpa. A iniciativa da sociedade de apresentar projetos é outro ponto importante que a gente precisa discutir na reforma política. Se a sociedade é organizada ou não, de um modo geral, e quer apresentar um projeto em qualquer Casa Legislativa, tem que ter um milhão e meio de assinaturas. É uma porcentagem estúpida, uma forma de dificultar o referendo, o plebiscito, a iniciativa popular para qualquer projeto de lei, mas mesmo assim vamos continuar fazendo essa discussão. Eu digo que a reforma política é a mãe de todas as outras reformas, e este Brasil precisa ter coragem de fazer as grandes reformas. O que a gente tem assistido, deputados e deputadas, é que quem está no poder, no espaço para fazer isso, não tem tido coragem de fazer, porque vai perder alguns dos seus privilégios.

Então, queria aqui dar como lido o artigo da professora. Leio somente aqui a sua parte final, em que ela diz:

(Lê) *“Cabe à sociedade tomar para si a responsabilidade pelo destino público e político do País e criar estratégias de intervenção para que a Reforma Política não fique restrita apenas ao Parlamento, que dificilmente vai mudar as regras atuais para colocar em risco os seus mandatos. Sabemos que não será fácil esta luta. Este é o nosso desafio, estar à frente deste processo para que as mudanças que preconizamos se traduzam na efetivação da democracia.”*

Então, precisamos envolver a sociedade. Não dá para essa discussão ficar só nas instâncias institucionais - nas câmaras, nas assembleias e no Congresso Nacional. A sociedade precisa tomar pé e precisa chegar junto conosco, para que com pressão e mobilização forcemos os deputados, o Congresso Nacional a aprovar essa medida.

Temos exemplos. Aqui mesmo eu me lembro do projeto de lei Antibaixaria. A sociedade abraçou essa luta. As mulheres não aceitavam, e não aceitamos, essa desvalorização, essa desmoralização que é feita com as mulheres através da música. Fomos para a sociedade, debatemos, discutimos, ganhamos a sociedade. Esta Casa que, num primeiro momento, disse que só teríamos seis votos favoráveis, viu que ganhamos pela grande maioria dos votos dos deputados. Apenas nove deputados votaram contra aquele projeto tão importante.

Sr. Presidente, quero também registrar a minha satisfação por mais um 20 de

novembro, o Dia da Consciência Negra. Sabemos que essa história de democracia racial não existe. Os detentores do poder, parte deles, e outros conservadores negam o racismo, mas o praticam diariamente, e quem é negro sabe disso. Quando vai para o mundo do trabalho, quando vai para as religiões, enfrenta muitos problemas ainda. As diferenças de salário, os piores empregos, os empregos mais precários estão com o negro. Então, queremos também homenagear todos os negros do nosso Estado, principalmente da Bahia, que é um Estado com mais de 80% de negros. Homenagear Maria Felipa e a negra Zeferina, que foram heroínas da luta do povo brasileiro, mas que foram esquecidas. Nem isso a história oficial registra. Esta é uma outra questão que precisamos ver. Precisamos recontar a história do nosso Brasil focando também nos movimentos sociais, nos movimentos populares e principalmente na luta do negro, que, mesmo com aquela crueldade, com todo sofrimento, ajudou a construir esta nação.

O deputado Bira Corôa está aqui. Se V.Ex^a quiser, posso lhe conceder um aparte. O deputado Bira Corôa é o presidente da Comissão da Igualdade Racial e sabe a luta... Nesta quinta-feira, estaremos aqui não somente para receber e homenagear Benedita da Silva, uma negra que saiu da favela e que chegou ao posto de senadora. Ela sabe a luta e a dificuldade que travou e o caminho que o negro tem que trilhar para se colocar na sociedade com dignidade e como ser humano. Não é possível que, pela diferença de cor, tenha que se viver na discriminação, no preconceito como ainda vivemos em muitas situações no Brasil. Por isso a defesa das quotas, por isso a importância da política de reparação. Reparação já! Por isso a importância da distribuição das terras para as comunidades tradicionais, porque é dessa forma que vamos fazer justiça neste Brasil.

A riqueza deste País... Gosto sempre de repetir essa máxima: estou na política pela luta. Sou uma pessoa que se conforma com preconceito, com desigualdade, com fome, com miséria. Estou na política pela luta, e nós precisamos abraçar essa luta. A luta dos negros do Brasil tem que ser uma luta forte. Não vamos dizer que não conquistamos muito, mas ainda temos uma grande, larga e longa estrada para dizer que conquistamos a igualdade racial, assim como a igualdade de gêneros. Então, aqui a nossa homenagem à negra Zeferina e à Maria Felipa, que a história oficial quer negar.

Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, estamos no mês da campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. Gostaria de lembrar que há um ano fizemos uma indicação ao governador pedindo que implantasse mais 15 DEAMs no Estado da Bahia. Sabemos que a DEAM é o principal instrumento para a Lei Maria da Penha ser aplicada, e quem é estudante de Direito sabe disso, sabe do que estou falando. Tive uma audiência com o secretário César Lisboa para que pelo menos em cada cidade polo dos territórios de identidade da Bahia fosse implantada mais uma DEAM. Temos apenas 15 no Estado, que tem 417 municípios, duas na capital e duas na Região Metropolitana. Então essas delegacias não dão conta, não têm como abraçar ou cuidar da implementação da Lei Maria da Penha em todo o Estado.

Assim pedimos para as cidades de Irecê, Bom Jesus da Lapa, Seabra, Serrinha, Valença, Itapetinga, Amargosa, Paramirim, Guanambi, Itaberaba, Ipirá, Jacobina, Ribeira do Pombal, Santo Antônio de Jesus, Santa Maria da Vitória e Senhor do Bonfim. E o secretário César Lisboa foi muito simpático, disse que já estava se discutindo no governo. E quero lembrar que isso foi em 23 de novembro do ano passado, já está fazendo um ano, e também pedir aos deputados que nos ajudem, principalmente o Líder do Governo, a Bancada do Governo, que nos ajudem nesse debate, nessa discussão, para que essas DEAM's sejam implantadas o mais rápido possível para ajudar as mulheres no combate à violência.

Digo sempre que as mulheres, no Brasil, já conquistaram muito. É só lembrarmos que há 80 anos não tínhamos o direito de votar, de estudar, de trabalhar, saíamos da tutela do pai e passávamos para a tutela do marido. Hoje, temos uma mulher presidente do Brasil. Temos o que comemorar, temos muito o que comemorar.

Porém digo a mesma coisa com relação à luta dos negros, nós também temos ainda uma longa estrada para...

(Soa o alarme eletrônico.)

A Sr^a LUIZA MAIA:- Acabou o meu tempo? O que foi que aconteceu aí?

(...) percorrer, para dizer que conquistamos a igualdade entre homens e mulheres.

E essa questão da violência contra a mulher, para mim, é o pior problema que a mulher enfrenta. A questão da falta de creche, da desigualdade de salário, da falta de autonomia, das dificuldades de acesso aos postos de mando. Estamos vendo aí que depois das eleições as mulheres cresceram um pouquinho, mas somos hoje 52% da população e não temos nem 10% de representação nos vários espaços de poder.

Então é um debate, um estudo, que precisamos fazer, uma pesquisa que temos que fazer para poder irmos com o dedo na ferida e virarmos essa realidade. E para mim tudo isso está ligado à questão da reforma política.

(Soa o alarme eletrônico.)

A Sr^a LUIZA MAIA:- Eu não falei ainda 25 minutos não. Tenha paciência!

E aí quero deixar registrado o meu repúdio porque li num jornal da Câmara que o orçamento voltado para as mulheres para o ano de 2013 é 40% menos do que o aprovado para este ano. Então eu acho que há um equívoco. Nós precisamos...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- O tempo de V.Ex^a está esgotado.

A Sr^a LUIZA MAIA:- O meu tempo esgotou foi? Eu não posso acreditar numa coisa dessa. Eu estava olhando ali e tinha 18 minutos nesse instante, mas tudo bem porque sou uma pessoa disciplinada. Teria mais algumas coisas para falar, inclusive, quero ler aqui a carta que Zé Dirceu mandou para o Brasil, porque acho que precisamos fazer essa discussão. Fui ontem ao almoço que o deputado Josias promoveu para receber o ex-deputado e ex-ministro Zé Dirceu. Acho que Zé Dirceu não é um bandido, não é um organizador de quadrilha como disseram, é um homem que tem a história de ajudar na construção da democracia nesse Brasil.

O nosso partido, graças a Deus, já está iniciando o debate atrasado, precisa reconhecer os seus erros, precisa entender da importância e da necessidade da

reforma política, porque os mensalões, não só do PT como de todos os outros partidos, estão muito em função da questão da privatização e da falta de financiamento público para as campanhas políticas.

(O deputado Cacá Leão se manifesta fora do microfone.)

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não é bonito não. Eu estou falando porque precisava. Olhei nesse instante e tinha 18 minutos. Não entendi essa história de acabar o meu tempo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao Representante do PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Cacá Leão:- Sr. Presidente, por todo o tempo durante a Representação Partidária do PV, falará o nobre deputado Bira Corôa, colega de cidade da deputada Luiza Maia. Teremos a oportunidade de ir de Camaçari para Camaçari.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 10 minutos, o nobre deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, senhores e senhoras servidores e servidoras, imprensa, visitantes, faço uso da palavra, no dia de hoje, exatamente, pela celebração do dia.

Hoje, 20 de novembro, nós, negros, frutos de um processo de exclusão neste Brasil e nesta Bahia, não podemos perder a oportunidade de celebrar e comemorar o Dia da Consciência Negra. Este é o dia em que negros e negras têm como referência de sua consciência, porque a morte de Zumbi é, para o povo brasileiro e para o povo negro, a libertação e a força de luta e resistência.

Sr. Presidente, o Brasil e a sua história não retratam as versões e os fatos percorridos ao longo de séculos que, conseqüentemente, refletem na formação da sociedade brasileira contemporânea. Basta dizer que a história não conta a condição em que o negro foi colocado na chamada liberdade. Omite-se do debate social que as leis abolicionistas foram frutos de conquistas a partir da luta e da resistência e que muitas delas foram para contemplar a sociedade de domínio e de controle de época.

Basta dizer que a Lei do Ventre Livre juntamente e a Lei do Sexagenário asseguravam aos nascidos e aos que tinham 60 anos o direito à liberdade. Tais leis eram para contemplar o domínio. A Lei do Ventre Livre jogava às ruas as crianças que, a partir daquele período, já se tornavam um fardo para a sua sustentação, porque o dominante não tinha responsabilidade com a educação e a organização, deputada Luiza Maia, dos movimentos sociais no mundo inteiro e transferia para os donos de escravos a responsabilidade da educação dos jovens e dos filhos. Assim também acontecia com os idosos que, após 60 anos de trabalho árduo, sob a força do chicote, não produziam mais satisfatoriamente aos seus dominantes. E, aí, sem dúvida nenhuma, compunham um fardo.

Essas duas leis, somadas, jogaram às ruas crianças e velhos, homens e mulheres que, após 60 anos de trabalho duro, não tinham direito a teto, a emprego e, sequer, direito à alimentação. Criou-se e formou-se, no Brasil, um novo setor econômico, qual seja, a mendicância, compondo a população de rua que, ainda hoje, é maioria representada pela mesma faixa etária. Se andarmos nas ruas de nossa cidade tão chamada e contada em versos e prosa – Salvador, a cidade mais negra fora da África ou a capital negra fora do continente africano –, iremos encontrar a predominância de idosos e crianças compondo a nossa população de rua.

Assim também foi a Lei Áurea comemorada no dia de sua assinatura, 13 de maio. Nós não a comemoramos com a mesma veemência que comemoramos o 20 de novembro. E por que não? Porque a Lei Áurea é fruto de um processo de luta que a história inverteu, pois colocou em liberdade os escravos jogando às ruas negros e negras.

E, ao comemorar a liberdade, um dia após, eles foram amargurados com uma outra lei perversa chamada de lei da vadiagem que levava aos cárceres ou à prisão os que não tinham emprego, os que não tinham moradia e os que não tinham referência.

Quem compunha essa grande população? Negros e negras, provavelmente livres da chamada escravidão.

Esse foi o trato dado pelo sistema, diferentemente do trato que foi dado ao europeu, que veio substituir a mão-de-obra escrava nas lavouras e no processo de industrialização no Brasil, que veio com direito de garantir e perpetuar a sua cultura, com direito de expressão do seu idioma, teto, financiamentos públicos, direito à propriedade. Esse é o contexto da diferença de trato, e mesmo assim temos muito o que comemorar como negro, porque com suor, lágrimas, calos nas mãos e nos pés, dores dos chicotes e das amarras dos pelourinhos que ainda são vividas hoje, construímos este País, alavancamos a economia no campo e na cidade, reestruturamos a família.

Dia 20 é o dia de chamada de consciência, sim. O dia em que a sociedade brasileira tem que se voltar para recuperar com políticas afirmativas e reparatórias essa parcela da nossa sociedade, a maioria do povo baiano, que a partir dos terreiros reagrupou as famílias, que a partir da preservação da cultura, seja no contexto religioso, na cultura, culinária, nas vestes e na forma de arrumar os cabelos, perpetua e garante hoje nossa própria identidade negra, neste Estado mais negro, neste País negro.

Mas ainda precisamos enfrentar aqueles que utilizam argumentos e artifícios, incluindo argumentos judiciais, para tentar retomar o controle ou condução e devolver ao povo negro a condição de escravidão.

Refiro-me especialmente ao DEM, que move ações para extinguir as cotas, direito adquirido e conquistado para negros e negras adentrarem as universidades públicas pela porta da frente. Assim também na tentativa de impedir que o reconhecimento das terras de comunidades tradicionais e quilombolas fosse direito assegurado de quem nela planta, cultiva e preserva ao longo de muitos e muitos anos.

Sem dúvida alguma, é essa a disputa que temos a discutir no dia 20 de

novembro. Temos a agradecer pelo momento que vivemos no Brasil, que pela primeira vez na sua história tem um governo que busca a identidade e a relação com o continente africano, a partir do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja continuidade vem com a presidente Dilma Rousseff.

A Bahia pela primeira vez se abre. Nesta Casa, Sr. Presidente, tramita próximo à aprovação, deputado Yulo Oiticica, um projeto de lei que demarca e reconhece o direito de propriedades às comunidades tradicionais, aos quilombos, às marisqueiras e pescadores, ao fundo de pasto, entre outros, que é uma das maiores conquistas, o direito à propriedade que assegura a produtividade no nosso País, no nosso Estado e município. Também reafirma a dignidade e o poder de posse extraído e nunca reconhecido neste País.

Assim, quero aproveitar, Sr. Presidente, para reafirmar que o 20 de Novembro é um dia de celebração e comemoração, mas é também um dia de disputa de espaço na sociedade, é um dia de luta, é um dia em que o povo brasileiro, especialmente o povo negro, vai às ruas de branco para externar a paz, mas com o vermelho da força da luta que reafirma, cada dia mais, a nossa existência.

É assim, deputados e deputadas, que comemoramos o 20 de novembro, diferentemente de como comemoramos o 13 de maio. No 20 de novembro, com a morte de Zumbi, nasce mais forte ainda a luta, Sr. Presidente, reafirmando a vontade e o direito de, como negro, ser tratado como cidadão; de como negro e negra, serem vistos na sociedade com direito reconhecido e com espaço assegurado para conquistar poderes e para permitir a igualdade de condições, nessa sociedade ainda desigual, embora caminhando para a consolidação de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Por fim, Sr. Presidente, quero convidar todos os pares desta Casa, convidar todos os servidores desta Casa, convidar a Imprensa para, no dia 22, a partir das 15 horas, participarmos de uma sessão especial aqui mesmo, neste plenário, para debatermos a violência cometida contra a mulher negra neste Estado e País. Como também será um dia de festa, entregaremos o título de cidadã baiana a uma negra que não é baiana de nascimento, mas é baiana de virtudes e ações, Benedita da Silva, nossa Bené. Estaremos indicando e, ao mesmo tempo, reconhecendo e condecorando algumas mulheres que se destacaram na Bahia em diversas ações no contexto social, no contexto nacional, na política; mulheres que, sem dúvida alguma, fazem a nossa história, assim como muito bem citou a deputada Luiza Maia no seu pronunciamento.

Maria Felipa, entre outras, não foi incluída na história da Bahia, mas foi aquela negra, em Itaparica, que reuniu mulheres negras e enfrentou com audácia, coragem e astúcia da mulher negra o exército português, fazendo com que ficassem ridicularizados ao estarem...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Deputado Bira Corôa, para concluir.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) despidos em praça pública e terem de bater em retirada.

É assim, deputado Isidório, que temos de reescrever as novas páginas da

história, é assim, Sr. Presidente, que temos de reconhecer as ações que fizeram com que o Brasil chegasse a ser este país, este gigante não mais adormecido, mas um gigante que está conduzindo políticas afirmativas no campo da economia, da ação social, da saúde e da educação, para representar para o mundo que o país negro fora da África, assim como na África, tem a capacidade de competir com aqueles que antes eram tidos como iluminados.

Viva, Zumbi, 20 de novembro, como a nossa força, como a nossa luta e como direito de cidadania do povo baiano e brasileiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sargento Isidório:- Sr. Presidente, pelo tempo de 10 minutos, falará o grande e excelente pastor José de Arimatéia, representante na Bahia e no Brasil também da Igreja Universal, de que sou fã.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 10 minutos, o nobre deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Imprensa presente, quero agradecer a concessão do tempo pelo meu amigo deputado Sargento Isidório.

Gostaria de falar duas coisas, nesse momento. Primeiro, hoje a Comissão de Saúde promoveu uma programação especial. Hoje, comemora-se (lê) “Dia da Consciência Negra, celebrado hoje no nosso País. O Brasil é o país de maior população negra fora do continente africano, por isso gostaria de registrar essa importante manifestação da cultura negra, onde todos nós fazemos parte.

A resistência de um povo orgulhoso com a etnia é evidente, especialmente na rua do curuzu, bairro da capital baiana, que reúne atualmente, 23 mil habitantes, que não medem esforços, para mostrar com responsabilidade os prazeres de ser negro.

Hoje nós realizamos na comissão de saúde duas palestras em que abordamos os agravos mais prevalentes na saúde da população negra. a primeira contou com a louvável presença da doutora Ângela Zanette, referência na Bahia no tratamento da anemia falciforme, que atinge boa parte dos afrodescendentes brasileiros. Em seguida, o colegiado foi contemplado com as informações relacionadas ao programa de saúde da população negra de Salvador, através de esclarecimentos da doutora Sílvia Santos Augusto, que desempenha uma importante função na assessoria de promoção da equidade racial em saúde da secretaria municipal de saúde.

É extremamente importante alertar a todos, senhoras e senhores, que o predomínio da anemia falciforme já ultrapassa 5,5% no estado da Bahia. é uma situação preocupante.

O evento realizado hoje foi uma alternativa para encontrarmos formas de democratizar as informações sobre doenças entre a população negra, ressaltar a importância de se realizar os exames preventivos, além de despertar a consciência da sociedade, autoridades e dos governos estadual e federal. O problema em questão, mediante a isso como presidente da comissão de saúde da casa do povo baiano vamos encaminhar ao governo do estado uma indicação solicitando a construção de um centro de referência da anemia falciforme, para tentar dar um maior apoio aos pacientes que sofrem com essa doença.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, fazendo esse registro do que aconteceu na Comissão de Saúde, nós pudemos ver que a Bahia realmente precisa de um centro de referência de anemia falciforme. De acordo com a palestra da Dr^a Ângela na Comissão, das cidades da Bahia só Salvador tem alguns hospitais fazendo o tratamento. Só Salvador! E mesmo assim ainda não tem o centro de referência.

Foi isso que a Comissão propôs. Vamos pegar as assinaturas de todos os Srs. Deputados que compõem a Comissão, tanto os deputados titulares, como os suplentes, para que o governo do Estado com a sua preocupação com a saúde possa, realmente, trazer do Ministério da Saúde esses recursos para que seja construído esse ponto de apoio.

O centro de referência será construído em Salvador e, com certeza, vai se estender por todo o Estado da Bahia, até porque sabemos que esse problema da anemia falciforme não existe só na capital, no Sul da Bahia e em outras regiões também já foi constatado que há pessoas com esse problema de saúde.

A outra coisa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, que eu gostaria de informar é que o Assine Mais Saúde lançará, na próxima sexta-feira, dando o pontapé inicial, abraçando esta causa, na cidade de Feira de Santana, na Câmara de Vereadores... O presidente daquela Casa, vereador Ribeiro, juntamente com o vereador presidente da Comissão de Saúde, Aílton Mô, já sinalizaram em abraçar esta causa. Já convidei a deputada vice-presidente da Comissão de Saúde, Graça Pimenta, como também o deputado estadual Carlos Geilson, vamos também convidar o deputado estadual Targino Machado para que se façam presentes no lançamento dessa campanha *Assine Mais Saúde*, na cidade de Feira de Santana. No dia 12 de dezembro estaremos na cidade de Cruz das Almas, que também vai abraçar essa causa do *Assine Mais Saúde*.

Ontem li no jornal *Tribuna da Bahia* uma matéria na qual o deputado federal do Estado da Bahia estava fazendo uma crítica a respeito do *Assine Mais Saúde*, dizendo que estava atrasado na data do lançamento. Claro que essa mobilização não começou agora, mas desde o mês de maio, e cada estado está fazendo sua manifestação. Onze estados, com a Bahia, já aderiram a essa manifestação.

Nós participamos do lançamento, em Belo Horizonte, na Assembleia Legislativa, como presidente da Comissão de Saúde, no mês de agosto. Quando chegamos aqui não lançamos de imediato devido ao processo eleitoral, porque é um assunto que sabemos que, por precisar da assinatura da pessoa, precisa do endereço e do número do título ou a data de nascimento. Então, isso poderia caracterizar que estávamos fazendo política, por isso que não foi lançado logo no mês de agosto.

Lançamos agora, pós processo eleitoral, pois a normalidade e o funcionamento desta Casa voltaram. Por cada um dos deputados terem seus compromissos em suas bases eleitorais, viemos lançar agora, mas precisamos nos mobilizar e, com certeza, a aceitação está sendo grande. Já chegamos a 10 mil assinaturas neste momento e ainda falta mobilizar o Sul da Bahia, onde também vamos marcar com a deputada Ângela, de Ilhéus, que tem sua liderança lá. V.Ex^a pode reservar o local, avisa para a comissão e nós vamos ratificar.

Acho que este é um processo que não tem partidatismo, ele vai mobilizar todos os cidadãos. É de iniciativa popular, não tem partido nem cor. Era isso que eu gostaria registrar e, mais uma vez, quero fazer o convite ao deputado Targino Machado, que na sexta-feira vamos estar na Câmara de Vereadores, às 9h da manhã para o lançamento dessa campanha *Assine Mais Saúde*. Os deputados: Carlos Geilson, Graça Pimenta, o presidente da Casa e o presidente da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores também vão estar presente. Então, V.Ex^a já está convidado para fazer parte, principalmente como médico que é, abraçar também esta causa e nos ajudar no acolhimento dessas assinaturas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, por este tempo falará o grande deputado, Liderança do Sul e Sudoeste de toda a Bahia e conhecido no Brasil, o nobre deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra, pelo tempo de 10 minutos, ao nobre deputado Zé Raimundo, portador de elevado saber e brilhante orador representante de Vitória da Conquista.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, deputados Aderbal Fulco Caldas, nobres colegas deputados e deputadas, assessores dos gabinetes, imprensa, pessoas presentes às Galerias, corpo técnico-administrativo da Assembleia, gostaria de expressar e manifestar nesta data as minhas considerações acerca do significado do 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.

Agradeço as palavras elogiosas do Líder do PSB, deputado Pastor Sargento Isidório. Mas quero dizer que não sou essa figura que V.Ex^a se refere. Sou um educador, um professor. Exatamente por isso, tenho me dedicado ao estudo da História do Brasil, em particular dos movimentos sociais. Como afrodescendente e, também, por dever de profissão tive de estudar um pouco a história do nosso País. Mais especificamente, a história do nosso povo.

E aí não há como não reconhecer a grandeza deste atual momento histórico do Brasil e desta data, 20 de novembro, na qual comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra.

O primeiro tema a ser colocado é exatamente o seguinte: por que mesmo já existindo o 13 de maio, data em que se comemora a abolição da escravidão no Brasil, os movimentos sociais, em especial o Movimento Negro, insistiram, a partir do final dos anos 70, em apresentar outra data como referência para a história dos escravos?

Ainda estudante de História, depois já mestrando e militante dos movimentos sociais, lembro-me de como as lideranças do MNU defenderam, de certa maneira, o esfriamento, o sombreamento sobre o 13 de Maio, ao mesmo tempo em que propunham um foco, uma iluminação sobre o 20 de novembro. Essa é uma visão da História.

Claro que o 13 de maio foi fruto de lutas de intelectuais, de pessoas anônimas, enfim, da dinâmica econômico-social do Brasil no final do século XIX. Enquanto historiador, devo reconhecer o importante papel da Princesa Isabel ao conferir, no 13 de maio, a libertação dos escravos, fato que já era um processo. Relembremos, por exemplo, que a Lei Padre Feijó, de 1831, já proibiu o tráfico de escravos. Mas, infelizmente, essa lei passou de 1831 até 1850, quando veio a Lei Eusébio de Queiroz, que novamente configurou a proibição do tráfico de escravos.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Um aparte, deputado?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Numa sequência, tivemos a Lei do Ventre Livre, de 1871, e a Lei do Sexagenário, de 1885. Esta, a rigor, não libertava o escravo aos 60 anos, na medida em que este tinha a obrigação de trabalhar mais 5 anos, de graça, para o seu proprietário. Ou seja, a liberdade só vinha aos 65 anos.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Zé Raimundo, agradeço o aparte.

V.Ex^a nos brinda com uma aula de História, rememorando o percurso da luta contra a escravidão no nosso País, que culminou com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, com a libertação dos escravos no Brasil.

De fato, V.Ex^a rememora uma luta que tem diversos percursos: a Lei Euzébio de Queirós, a Lei dos Sexagenários, a Lei do Ventre Livre e uma série de avanços que acabaram culminando nessa lei. Foi um esforço muito grande, fruto da pressão histórica que havia naquele momento, principalmente dos países ditos industrializados, a exemplo da Inglaterra e da França, e também fruto da contaminação, naquela época, da Revolução Francesa e da própria Revolução Industrial, que forçaram, de certa forma, essa batalha. O Brasil, naquele momento, não poderia ir de encontro à realidade que já se consolidava há muito tempo em diversos países ditos mais avançados.

Então, foi uma luta que teve seu percurso inicial naquele momento, mas que precisou e precisa, ao longo dos anos, ter, de fato, uma política de reabsorção da comunidade negra em nosso País, até porque sabemos que ainda há uma grande massa excluída, pobre, que precisa de leis incentivadoras que possam permitir a recondução e a reinserção desse braço importante que muito contribuiu para a formação de nosso País. O Brasil deve muito à força do braço escravo, precisamos reconstruir e refazer essa história, permitindo, de fato, a sua reinserção.

Portanto, quero me associar a esse belíssimo discurso de V.Ex^a, que faz uma releitura perfeita de nossa história e, de certa forma, a recondução desse processo que precisa ser reparado em todo País..

Muito obrigado, deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Agradeço o aparte de V.Ex^a e o incorporo ao meu discurso.

Gostaria de lembrar ainda, prezado deputado Gildásio Penedo, outros momentos. A Abolição foi feita e precisou de toda uma movimentação para, gradativamente, ir incluindo a população negra no contexto social. Na Bahia, por exemplo, grandes lideranças do mundo operário, como Domingos Silva, Ismael Ribeiro, Prediliano Pita, colocavam já na Primeira República a educação, a formação de mão-de-obra, a qualificação dessa população, como uma condição para a sua inclusão na sociedade brasileira.

Nos anos 30, é bom lembrar que, de 1931 a 1937, constituiu-se no Brasil a Frente Negra, que, inclusive, em 1936, tornou-se um partido político tentando influenciar nas políticas sociais de Getúlio Vargas. Nos anos 1940 e 1950, a grande liderança de Abdias Nascimento foi responsável também por um debate, por uma reflexão, para que os negros pudessem ser incluídos, gradativamente, no mundo da cultura, mas, efetivamente, o movimento social mais importante foi o Movimento Negro Unificado, fundado em 1978, em São Paulo, com a participação de vários Estados. Aqui na Bahia, vários companheiros, amigos do movimento sindical, logo depois do Partido dos Trabalhadores e da CUT, somaram-se a esses esforços que já vinham sendo desenvolvidos no Brasil inteiro. E, a partir daí, esses movimentos começaram a participar da vida social e política e influenciaram, de forma decisiva, na Constituição de 1988 para que ali tivéssemos um primeiro marco.

Mas gostaria, também, de falar da importância da lei do presidente Lula que, em 2003, torna obrigatória a inclusão do ensino da cultura afro-brasileira no currículo nacional. A partir daí, o presidente Lula amplia as políticas sociais e começa a colocar a questão dos afrodescendentes como prioridade.

Tive o privilégio de, em minha cidade, como prefeito de Vitória da Conquista, começar várias políticas. Uma delas foi a criação de uma estrutura própria para os quilombolas, para as mulheres negras, para os movimentos sociais negros. A partir dali construímos, em Vitória da Conquista, de forma focada, políticas para o movimento negro, para a população afrodescendente.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria de dizer que nesta data é muito importante não só comemorarmos, mas também construirmos uma agenda para o futuro. E aí, em debate, todas as políticas que o presidente Lula ampliou e a presidente Dilma está dando continuidade, sobretudo a política de cota nas universidades públicas que merece, com calma, um debate, uma avaliação, porque vem dando importantes resultados.

Por isso, nesta data, quero congratular-me com todos os amigos, os companheiros aqui desta Casa, sobretudo aqueles que vêm tocando a luta dos afrodescendentes como prioridade, como é o caso do companheiro Bira Corôa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, eram essas as nossas considerações nesta tarde.
(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PTN/PSC/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, o nobre deputado Elmar Nascimento falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Elmar Nascimento, representante de Campo Formoso, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, o Brasil vive um instante de desenvolvimento da sua cultura, sobretudo da sua cultura política, ainda num estágio em fase de desenvolvimento, diferente, por exemplo, dos Estados Unidos que têm uma cultura mais desenvolvida.

Lá, o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara, não concentra todos os Poderes. A maioria das coisas que tratam, inclusive, de processo penal, de direito penal, como, por exemplo, pena de morte, é legislado em função de cada Estado. Isso fez com que uma cidade, por exemplo, como Nova Iorque, que viveu, deputado Carlos Geilson, momentos difíceis e que era a cidade mais violenta do mundo, passou por uma reformulação completa a partir de um plano do prefeito de Nova Iorque, chamado Rudolph Giuliani, que implantou tolerância zero contra a criminalidade, impor aplicação de pena do menor ao maior crime e fazendo questão que as penas fossem cumpridas.

Aqui no Brasil vivemos um momento em que não se tem noção ainda, os homens públicos, os principais deles, entre os quais quero destacar o governador do nosso Estado, que quando se pronuncia, diferente da presidente que tem a exata noção do seu cargo, não se pronuncia como cidadão qualquer, como militante partidário, mas se pronuncia, deputado Bruno Reis, como o mandatário de todos os baianos, e exatamente por isso tem que medir as suas palavras. Ele tem obrigação, deputado Targino, de dar exemplo.

Perguntada sobre o mesmo assunto, que foi a condenação dos réus do Mensalão, liderados pelo senhor José Dirceu, a presidente Dilma Rousseff disse que respeitava o Poder Judiciário representado pela Suprema Corte e que não cabia comentários da presidente da República que tem que conviver em harmonia. Instado a falar sobre o mesmo assunto, o governador Wagner se rebaixa, comporta-se como um companheiro militante de Partido e esquece que em sendo o governador do Estado, com a obrigação tão grande quanto à da presidente de preservar a harmonia e a relação entre os Poderes, ele fala pelos baianos, acha exagerada a pena, sente-se no direito de enquanto autoridade criticar as decisões do Supremo Tribunal Federal.

E, aí, a cúpula do governo da Bahia, e a foto é tudo, nessa campanha de São Paulo o que ficou marcado, a coisa mais publicada pela imprensa foi a foto do ex-presidente Lula com Paulo Maluf, um bandido procurado pela Interpol.

Hoje, a foto da imprensa inteira da Bahia é uma foto que contém os principais

próceres do governo da Bahia com pré-candidatos a governador de nosso estado e iriam nos representar perante os baianos, quais sejam, o secretário de Planejamento, José Sérgio Gabrielli, e o secretário Chefe da Casa Civil, Rui Costa, liderando um grupo de deputados federais, estaduais e autoridades do partido e do governo a recepcionar um réu condenado por formação de quadrilha por ter chefiado a quadrilha e a corrupção ativa.

Ele foi reverenciado como se fosse um preso político, quando não é, deputado Targino! Definitivamente, o Sr. José Dirceu é um criminoso comum e cometeu crime comum como crime de corrupção ativa e crime de formação de quadrilha, quando ele liderou. Que exemplo se dá para a sociedade baiana? Que exemplo traz para os nossos filhos, para os filhos dos nossos filhos, para os colegas, para a sociedade organizada como um todo? Isso é apologia ao crime! Esta foto é apologia ao crime!

Aqueles que se sentem no direito de reivindicar e postular candidatura a governo de nosso estado homenageiam um chefe de quadrilha! Quem está dizendo que ele é chefe de quadrilha não sou eu! Quem o diz são os membros do Supremo Tribunal Federal que, diga-se de passagem, a maioria foi indicada pelo ex-presidente Lula e pela atual presidente Dilma.

Mas eles aprenderam que não deve a sua nomeação a ninguém, porque aquilo não é cargo de confiança. Ao exercer as mais altas funções na magistratura brasileira, eles absorveram a independência que se exige de um juiz do Supremo Tribunal Federal. Eles absorveram que a independência é necessária a um juiz da suprema corte. E à luz dos autos e à luz da exigência da sociedade, eles condenaram quem deveria ser condenado. Um criminoso comum cumprirá pena sob regime fechado: são 10 anos e 10 dias de cadeia.

E olhem que inversão de valores! Aqui, em nosso estado – pobre Bahia! – esse criminoso – não o posso tratar de outra forma, pois é réu condenado – é recebido com honras de chefe de estado pela alta cúpula do governo!

Onde nós estamos vivendo, deputado Targino Machado? É esta Bahia que nos orgulha? Não é esta a Bahia de Castro Alves e de Rui Barbosa. Não é esta a Bahia que tem produzido tantas e tantas pessoas de destaque!

O governador é carioca, não é baiano. O governador não sabe o que é isso, pois tem pouca responsabilidade com isso. Ele já se portou muito mal quando critica as decisões do Supremo e quando sabe que ele podia, até, ter essa opinião no pessoal; mas enquanto governador e autoridade máxima do nosso estado, ele não podia criticar o Supremo Tribunal Federal.

Virá a votação de projeto de resolução do deputado Luciano Simões que propõe, pelo exemplo que tem dado a este País, o Título de Cidadão Baiano ao ministro Joaquim Barbosa da suprema corte. Espero que o governador Wagner não oriente à sua bancada votar contra, porque trata-se de um exemplo de homem público, simplesmente, porque condenou quem havia de ser condenado.

Portanto faço questão de registrar nesta tarde um ato que penso ser indigno para o nosso estado.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Ouço, com todo o prazer, o aparte do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Deputado Elmar Nascimento, como de costume e de hábito, ouço-lhe com absoluta atenção. Quero aproveitar a presença de V.Ex^a na tribuna, advogado que é, para esclarecer uma dúvida. Mas, antes disso, quero dizer a V.Ex^a que muita seda tem-se rasgado e muitos elogios endereçados ao ministro Joaquim Barbosa. E eu, às vezes, fico sem entender por que tanta manifestação favorável a um homem público que está cumprindo com o seu mister e com a sua obrigação.

Lembro-me do baiano Rui Barbosa que já previu isso há 60 anos, ou seja, de que a fila das nulidades seriam tantas que haveria o dia em que o homem se envergonharia de ser honesto. O ministro Joaquim Barbosa nada faz além da sua obrigação, do seu dever de cumprir o seu mister. Ele é um funcionário público pago para cumprir o seu papel com honestidade e seriedade. Enfim, não concordo com a imprensa e a opinião pública quererem entronizar o ministro Joaquim Barbosa como herói da contemporaneidade.

E a pergunta que quero fazer é a seguinte: se o chefe da quadrilha, o ex-deputado Zé Dirceu, mereceu uma pena de 10 anos, deputado Elmar, como vou elogiar um Supremo que penaliza Marcos Valério com 40. Pergunto a V.Ex^a se houve a aplicação de dois pesos e duas medidas no julgamento do STF ou, deputado Elmar Nascimento, se o chefe da quadrilha, como disse aquela Corte, valia menos do que o mequetrefe Marcos Valério, que era menino de recado do PT?

Não quero aqui me solidarizar com Marcos Valério, não. Quero, sim, apresentar a minha indignação pela pena pequena oferecida contra o crime do ex-deputado Zé Dirceu.

Agora entendo bem que o bode tinha de ser compartilhado. Afinal de contas, o resto todo foi compartilhado, então por que esse bode, simplesmente porque exala mau cheiro, não seria também compartilhado? É a sociedade para comer tudo neste País.

Muito obrigado pelo aparte concedido por V.Ex^a.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

Concluo as minhas palavras, deputado Targino, dizendo o seguinte: triste País que precisa de heróis. Infelizmente, a nossa sociedade necessita de heróis e os devota. Estão aí Joaquim Barbosa e Eliana Calmon a demonstrar que ser honesto ainda vale a pena. Mas parece que a cúpula do nosso Estado, a começar por nosso governador, ainda não entendeu que o baiano preza como ninguém a honestidade.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

A Sr^a Ângela Sousa:- Sr. Presidente, falará o deputado Álvaro Gomes por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra, por 10 minutos, ao deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, o que a Nação brasileira verdadeiramente espera é que seja julgado de imediato o mensalão do DEM e do PSDB, e assim todos esses criminosos sejam punidos com o mesmo rigor que estão sendo punidos os réus do chamado mensalão do PT.

É preciso que o Supremo Tribunal julgue imediatamente o mensalão do DEM e do PSDB, procedimento que já deveria ter acontecido. Na verdade, dos pontos de vista técnico e da justiça devia ter sido julgado primeiro.

Esses mensaleiros, sejam eles do PT, do DEM, do PSDB ou de qualquer partido, precisam ser julgados. É necessária a punição para todos os criminosos, para todos os assaltantes do Brasil, para aqueles que cometeram crime contra a sociedade.

Isso, sem dúvida, é uma doença, é uma chaga do capitalismo, uma chaga desse sistema cruel, perverso, que leva milhões à miséria, ao desemprego, à fome. Portanto é necessário que o Supremo Tribunal seja justo. Para ser justo, é preciso efetivamente julgar os mensaleiros do DEM e do PSDB.

Mas, Sr. Presidente, eu queria neste exato momento referir-me um pouco à questão da violência. Falo isso com muita tranquilidade porque estou no meu terceiro mandato. São 10 anos, e do primeiro mandato até hoje sou o único deputado que tem falado sobre a violência, sendo situação e sendo oposição. Há uns deputados que quando eram situação não falavam nada sobre a violência, quatro anos calados, sem falar uma palavra sobre a violência. Depois, permaneceram na oposição e ficaram quatro anos falando sobre a violência. Eu me sinto muito à vontade, porque falava da violência quando era oposição e falo hoje que sou situação. Passei quatro anos falando sobre violência no governo Paulo Souto e passei seis anos falando no governo Wagner. Logo, sinto-me muito à vontade. Sinto-me mais à vontade ainda, porque o meu discurso mantém a sua essência, eu não mudei o meu discurso, não mudei a minha prática, não mudei a minha forma de agir. Mesmo no governo Paulo Souto, eu colocava que o problema da violência era em razão de uma questão social e por isso levantamos a bandeira de que paz só com justiça social.

Fala-se muito da violência em Salvador, no Brasil. Em 1980, o número de homicídios no Brasil foi de 13 mil ao ano. Em 2003, o número subiu para 51 mil, um crescimento assustador. Isso transformado em taxa para cada 100 mil habitantes. Em 80, a taxa para cada 100 mil habitantes era 11,7 para cada 100 mil habitantes; em 2000, era de 26,7; em 2003, de 28,9. E aí a taxa em 2010 caiu um pouco, está em 26,2;.

É preciso a gente analisar o crescimento da violência de 80 para 2003, um crescimento assustador, de 2003 até hoje, houve uma pequena queda do número de homicídios no Brasil. E é importante a gente falar sobre Salvador, porque sempre se coloca que é onde houve o maior crescimento da violência. Vejamos, de 2000 a 2006 – não era Wagner quem estava no governo – a violência em Salvador cresceu 276%. Não era Wagner quem estava no comando do nosso Estado. 276%! A partir do governo Wagner, a violência, efetivamente, cresceu, mas cresceu menos do que no

período anterior. Cresceu 25% nos quatro anos , de 2006 a 2010, o crescimento da violência foi de 26%!

Fazendo um cálculo muito rápido, podemos dizer que a taxa de crescimento da violência em Salvador, na era 2000-2006, foi, aproximadamente, de 45% ao ano. E a taxa de crescimento da violência, também em Salvador, de 2006-2010 foi, aproximadamente, de 6% ao ano. Portanto houve um crescimento muito menor do que o período anterior.

É importante, também, a gente ressaltar que, neste período de 2000-2006, considerando as capitais do Brasil, houve uma queda da violência, enquanto, aqui em Salvador, o aumento foi assustador. É importante a gente registrar, porque o crescimento da violência de 2000-2006 foi um crescimento tão alto que ultrapassou todas as capitais do Brasil. Não houve uma capital brasileira, uma sequer, onde o crescimento da violência se comparasse ao crescimento da violência em Salvador. E não era o governador Wagner quem estava administrando os destinos deste estado.

Portanto eu falo da violência aqui com muita tranquilidade, porque falei antes, falei durante, falo depois e falo o tempo todo. Aliás, esta é uma bandeira que abraço com muita força.

A questão da violência se combate com políticas públicas que venham a diminuir a desigualdade social. A violência se combate com remédios para buscar curar a grave doença social do nosso país, do nosso estado, do nosso município. É preciso haver, cada vez mais, uma política de redução das desigualdades sociais para que as pessoas possam viver com dignidade e para que as pessoas possam viver em paz.

O combate à violência envolve vários fatores e envolve várias políticas. E é preciso combater a violência com repressão, sim! É preciso combater a violência com condenação, sim, com punição rigorosa, sim! Mas, também, é preciso combater a violência com justiça social! Aliás, esta é a forma mais eficiente de se combater a violência em nosso país.

É preciso humanizar os presídios em nosso estado e em nosso país. É preciso humanizar as penitenciárias. Punir rigorosamente, sim! Mas é preciso humanizar, porque nós vivemos um paradoxo.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Enquanto existem bandidos da alta elite soltos, existem, às vezes, pessoas que cometeram um crime que pode recuperar, que foi errado, mas, às vezes, um crime que poderia ser respondido em liberdade, um crime que poderia ser respondido com penas alternativas, porque o nível de recuperação daqueles que cumprem penas alternativas é muito maior, repito, é infinitamente maior do que a recuperação daqueles que cumprem pena em regime fechado.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Portanto continuo o meu discurso, continuo a minha tese de que para conquistar a paz é preciso justiça social. É preciso construir uma sociedade justa. É preciso construir uma sociedade onde as pessoas tenham acesso à saúde, à educação, à moradia, à dignidade. É preciso combater a política do

individualismo. É preciso combater a política da corrupção. É preciso buscar construir uma sociedade solidária, uma sociedade onde todos possam viver bem.

Portanto esta é a tese que nós defendemos. Nós vamos continuar defendendo isso em qualquer governo: a tese da paz com justiça social.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PR/PSDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, o nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra, pelo tempo de 10 minutos, ao nobre representante de Feira de Santana, deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente Aderbal Caldas, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, querida deputada Cláudia Oliveira, vivendo neste parlamento seus últimos dias, mas porque vai partir para outra missão, a missão nobre que é governar a cidade de Porto Seguro.

Ouvi atentamente o discurso do deputado Álvaro Gomes(...)

(O deputado Álvaro Gomes fala ao lado do deputado Carlos Geilson)

O Sr. CARLOS GEILSON:- Eu não falei nada, ainda, deputado, V.Ex^a já está presumindo o que vou falar, está-se antecipando ao que vou falar.

(O Deputado Álvaro Gomes fala concomitante com o orador)

O Sr. CARLOS GEILSON:- Posso falar? Tenha calma, acautele-se. Está nervoso?

Falou aqui do mensalão e eu imaginei que V.Ex^a fosse falar do ex-ministro dos esportes, Orlando Silva, pedir também uma investigação rigorosa, como deve ter e deve ser toda investigação.

(O deputado Álvaro Gomes fala concomitante com o orador.)

Certo, quem cometeu deve ser punido, independente de quem cometera e de que partido pertença.

Mas Srs. Deputados, não posso deixar de falar sobre a violência, porque isso atormenta a todos nós. Não há um brasileiro, especialmente um baiano que não viva atormentado. A Bahia é um dos estados mais violentos da federação, é o estado onde mais se mata. A cidade mais violenta do Brasil está na Bahia, uma cidade acima de 10 mil habitantes, que é a cidade de Simões Filho. Há uma política, hoje, nos grandes estados como Rio e São Paulo, de combate ao crime organizado, e já está por demais evidenciado que muitos criminosos estão sendo encurralados e estão migrando para o Nordeste. Não há uma política que possa impedir que essa situação aconteça, que essa migração aconteça.

Vou falar da minha querida Feira de Santana que é uma cidade onde mata mais do que na Faixa de Gaza, porque lá, de vez em quando, acontece um ataque de Israel e morre muita gente. Lá, em Feira de Santana, é uma matança continuada, é um banho de sangue rotineiro, e são tantos crimes que a polícia quando começa a

investigar um homicídio acontece em série e fica perdida, e a sociedade não vê os criminosos presos e isso gera uma desconfiança e essa desconfiança preocupa a todos nós.

Mas não é só o cidadão comum que está lá na ponta, na periferia, que é vítima da violência. Aqui em Salvador, nesse final de semana, uma juíza foi assaltada, feita refém, sofreu todo tipo de tortura, o mesmo aconteceu com uma promotora que chegou a ficar 12 horas em poder dos sequestradores sofrendo todo tipo de tortura, psicológica, física e ainda sofreu violência sexual. Aí o governador Jaques Wagner sai da sua letargia, ele que vive num processo letárgico permanente, e dá uma declaração porque ele está sendo cobrado, e aí determina a investigação desse crime. Mas tantos crimes estão acontecendo, e o governador não se digna a se posicionar, a protestar, a requerer do comando da Segurança Pública uma investigação rigorosa. Precisou, pasmem, deputados, pasmem, deputadas, que acontecesse esse episódio com a promotora de Justiça e com uma juíza.

Nós estamos sofrendo todo tipo de tortura. A tortura psicológica que é você estar aqui, seu filho está na rua, a sua filha está na rua, e nós, que somos pais, a nossa maior alegria é saber que eles voltaram para casa são e salvos. Essa é uma dura realidade da qual nós não podemos nos afastar e não podemos deixar de discutir.

Agora, por que a violência, neste governo, tem aumentado? Ouvimos aqui os deputados governistas jogando loas no governador Jaques Wagner. Se ele tem feito o que é preconizado, o que é divulgado, o que é defendido pelos deputados da Base, o que levou, então, ao aumento da violência? Ou será que este combate, ele é ineficaz, ele é insuficiente para atender à demanda do crime organizado? Eu fico com esta opção.

Quando se investe em viaturas, se adquire novas viaturas, a defasagem já está muito na frente. Quando o Estado contrata, abre concurso para policiais, o Estado já precisa 5, 6, 10 vezes mais. Então, essa propaganda é fictícia, ela traz, embutida em si, a irrealidade, e isso faz com que nós cheguemos à conclusão de que o investimento em segurança pública é ínfimo para a violência que cerca toda a sociedade baiana.

Cidades do interior, e os deputados aqui que fazem política no interior sabem que a segurança pública lá é um faz de contas. Cidades que têm uma viatura, o carro quebrado, cidades que têm 1 ou 2 policiais militares, 1 ou 2 policiais civis, que têm uma delegada que dá plantão em várias cidades.

A cidade de Tanquinho, que eu falei a pouco, 150 ovelhas foram furtadas no período de 1 mês, meu caro presidente Aderbal Caldas. A queixa foi formulada, a delegada não foi investigar e não foi atrás. Mas, o cidadão, ele, por si, os produtores de Tanquinho, deputado Vando, foram a campo, e descobriram, lá em Feira de Santana, a quadrilha. E chegando lá ainda conseguiram recuperar algumas cabeças, mas nenhum produtor, até agora, foi ouvido pela delegada, lá em Tanquinho. Essa situação se espalha por toda a Bahia. É muito fácil você pegar o jornal e ler: *“Caixa eletrônico foi arrombado, uma agência foi arrombada”*. Todos os dias nós temos o desprazer de ler essas manchetes.

E eu fiz uma enquete, na medida em que aconteceu o assalto-sequestro com a

minha esposa, no outro dia uma funcionária do meu programa de rádio foi assaltada, à noite, indo para a igreja. E aí eu fiz uma enquete: Quem na sua família já foi assaltado? Praticamente quase todas as pessoas ouvidas disseram que já tinham passado por esse transtorno. Hoje, a exceção é quem ainda não passou por esse sufoco, quem não passou por esse trauma, aí é que é a exceção.

Nós pedimos, nós clamamos, o governador Jaques Wagner tem de ser o grande timoneiro, tem de convocar a sociedade para que possamos dar as mãos com o objetivo de enfrentar essa violência. Não podemos ficar com esse discurso de que “a violência não é só da Bahia, é de todo o Brasil”. Vamos fazer a nossa parte.

Governador, tenha este Estado no seu coração, ame-o. Faça com que o seu mandato leve benefícios à população. Meu caro deputado Zé Neto, que é tão próximo dele...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas Fulco Caldas):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Concluirei, deputado Zé Neto.

(...) leve essa preocupação ao governador.

Em relação a Feira de Santana e região, quero convidar a deputada Graça e os deputados Zé Neto e Targino para realizarmos lá uma audiência pública na Câmara de Vereadores. Em uma semana três policiais militares foram assassinados em Feira. Em Conceição do Jacuípe, Berimbau, um sargento reformado foi assaltado e assassinado. Os jovens da periferia são vítimas, fazem parte dessa estatística que não para de crescer, que é a violência em Feira e região.

Mas essa é uma situação que não está restrita a Feira e região. Infelizmente, ela atinge toda a Bahia.

Muito obrigado, meu caro deputado Aderbal Caldas, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Marcelo Nilo):- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, nobre deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Marcelo Nilo:- Vai haver agora, no Salão Deputado Nestor Duarte, o lançamento de três livros sobre três ilustres baianos: Juliano Moreira, Milton Santos e Clarindo Silva. Por isso, peço a V.Ex^a que faça uma verificação de quórum para a continuidade da sessão, e assim poderemos participar dessa solenidade.

Agradeço, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido, nobre deputado Marcelo Nilo. (Pausa)

Verificamos a presença de apenas 14 Srs. Deputados e Deputadas em Plenário, número insuficiente para a continuidade da presente sessão. Declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*